

PSD Caminha espera que as entidades competentes se pronunciem sobre os factos que envolvem o Centro de Exposições Transfronteiriço

Atual presidente da Câmara Municipal de Caminha, dr Rui Lages, diz não saber de nada sobre a empresa e os acionistas do CET, quando ele próprio esteve na reunião, fazia parte do executivo que negociou este processo e aprovou com o seu voto a favor o negócio com esta mesma empresa

PSD Caminha, face ao trabalho de investigação que hoje surge no Jornal Público, vem, publicamente, solicitar que as entidades competentes se pronunciem sobre os factos.

O PSD Caminha sublinha que algumas das informações plasmadas na notícia já tinham sido levantadas pelos próprios em 2020 em sede de reunião de câmara, e que pelo carácter dúbio do negócio, votaram contra, porque já na altura não entendiam como se fazia um contrato de arrendamento sobre algo que não existia e que ainda por cima obrigava a câmara a pagar renda mensal ao promotor, a manutenção do edifício e no final, esse edifício pertenceria aos privados, depois de ter custado à câmara cerca de 8 milhões de euros.

Para além disso, revelaram na altura ter dúvidas se este tipo de contrato de arrendamento não teria sido a forma de não ter que passar pelo visto do Tribunal de Contas.

Face ao relato na notícia, o PSD refere que acha lamentável o passar de batata quente de umas mãos para as outras. “Agora ninguém sabe de nada”. O anterior presidente remete esclarecimentos para a câmara de Caminha e o atual presidente Dr Rui Lages vem dizer que não sabe nada sobre a empresa e devolveu o assunto ao seu antecessor, quando ele próprio fazia parte do executivo, estava na reunião de câmara em que o assunto foi discutido e ele próprio aprovou o negócio feito.

Também destaca, o PSD local, o facto do administrador da empresa, Ricardo Moutinho, ter referido em reunião de câmara uma série de investimentos ligados à empresa para justificar experiência, e agora quando confrontado com essas afirmações vem dizer que foi um lapso seu. O PSD Caminha pergunta: Lapso desta grandeza e gravidade?!

A situação é de tal forma absurda que, como refere a notícia, o mesmo administrador apresentou alegadamente um currículo falso. Ricardo Moutinho atira culpas para quem prestou informações sobre o seu currículo e cita-se o jornal público “ O Jornal Público sabe que ele partiu do gabinete do então autarca”.

Como temos dito, a assessoria de imprensa paga a peso de ouro com o dinheiro de todos os municípios tem que se justificar publicamente por, alegadamente, estar a produzir informações falsas e o administrador tem que explicar como é que sendo falsas não fez também um direito de resposta. Ou afinal foi tudo, politicamente aceite e trabalhado?! O PSD considera que a população merece um esclarecimento cabal sobre a situação.

O atual presidente vem dizer ainda que o contrato de arrendamento com esta empresa para um CET na Quinta do Corgo, para o qual a câmara já pagou 300 mil euros, não foi alterado nem revogado mantendo-se os pressupostos.

Não refere, e politicamente é censurável esta sua omissão propositada, que esses terrenos do Corgo não foram nem serão comprados porque não foi feito negócio com os eventuais vendedores.

Ora, como é que se mantém os pressupostos do contrato se os terrenos não existem?!

Como é que a câmara adianta 300 mil euros para algo que não existe?!

PSD conclui que espera que o assunto seja devidamente tratado com a seriedade e transparência que a situação o exige.